

O Museu do MST e a emergência de uma nova museologia

Maria Luiza Clapis Pacheco Chaves¹

Resumo :

O artigo trata da emergência no Brasil de um novo tipo de museu : o Museu do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Discutiremos o seu sentido bem como a necessidade e a importância social e política que este museu pode ter para o país. Mostraremos que desta nova concepção de museu, surge também uma *nova museologia*.

Palavras-chave : Museu do MST ; memória de luta ; museologia ; reforma agrária ; desenvolvimento social.

Abstract:

The article deals with the emergence in Brazil of a new type of museum: the Museum of the Landless Rural Workers Movement (MST). We discuss this sense as well as the social and political need and explain that this type of museums may

¹ Maria Luiza C. P. Chaves é doutoranda em museologia na Universidade Jean Moulin-Lyon 3. Possui mestrado em Museologia e Novas Mídias pela Universidade de Lyon 3 e graduação em museologia pela Universidade Federal da Bahia. Atuou no Museu Africano de Lyon e no Musée des Confluences, Lyon. Desenvolve pesquisa na área de museologia com ênfase na relação entre museus e movimentos sociais. luiza.clapis@hotmail.com

have a major significance for the country. We show that this new design museum, also emerged from the *new museology*.

Keywords: MST Museum; memory of struggle; museology; agrarian reform; social development.

Introdução

O Brasil é hoje uma das maiores economias do mundo. Contudo, seus indicadores sociais o colocam numa posição bastante desvantajosa, ao lado dos países mais pobres, e evidenciam uma realidade marcada por profundas desigualdades. Segundo relatório da ONU (2011)², o país ocupa o 84º lugar entre os 187 países analisados com relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH). Considerando o índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, o Brasil está entre as nações mais desiguais do mundo. No meio rural, a desigualdade na distribuição da riqueza é historicamente acentuada. Um por cento dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, colocando o país entre as nações de maior concentração fundiária.³

É justamente no campo que se concentra a miséria e onde mais da metade da população vive abaixo da linha de pobreza. Essa população rural pauperizada coexiste, porém, com uma economia agrícola altamente modernizada e

² Entre 2001 e 2011, o índice de Gini mostrou uma redução na desigualdade de renda no Brasil de 0,593 para 0,539. O último dado ainda situa o Brasil entre as nações de maior desigualdade. Conferir relatório da ONU sobre o desenvolvimento humano global. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0> (acesso em janeiro 2012).

³ Os dados relativos a concentração fundiária são do Censo Agrário brasileiro de 1995. O último Censo (2006) mostra que a concentração fundiária permaneceu inalterada nos últimos 20 anos. Os Censos Agrários de 1995 e 2006 estão disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> (acesso em janeiro 2012).

dinâmica, observa Miguel Carter⁴. O Brasil, apesar de ser um dos principais produtores e exportadores de importantes *commodities* agrícolas, tem um número expressivo de pessoas enfrentando restrições de acesso aos alimentos.

As políticas sociais de transferência de renda implementadas nas últimas décadas foram sem dúvida importantes e necessárias para a diminuição da pobreza, mas pouco alteraram a elevada concentração de renda e de riqueza do país, como mostra o índice de Gini.

A desigualdade e o alto grau de exclusão social verificados no Brasil tem raízes profundas no passado colonial, como bem demonstrou Caio Prado Junior.⁵ A economia do Brasil-colônia organizava-se em torno de grandes propriedades rurais monoculturais, trabalhadas por escravos. Para o autor, « são estes, em suma, as características fundamentais da economia colonial brasileira : de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta, do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. »⁶ A sociedade brasileira nasce assim com fortes traços oligárquicos, ancorados em uma poderosa classe de latifundiários que ao longo da história brasileira colheu os benefícios da proteção do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos, como bem observou Miguel Carter.⁷ Como explica o autor, a elevada concentração fundiária e a escravidão produziram uma nação com acentuadas assimetrias de poder e governantes autocráticos. O resultado disso é um modelo de desenvolvimento

⁴ Ibid., p. 57.

⁵ JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*, 9 edição, Editora Brasiliense, 1969.

⁶ Ibid., p. 125.

⁷ CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.61.

altamente excludente e uma sociedade pouco democrática, marcada pela desigualdade e injustiça social que perduram até os nossos dias.

Durante o século XX, o Brasil passou por um processo de modernização que não modificou na sua essência a estrutura econômica que continua subordinada aos interesses do grande capital nacional e internacional. Nesse contexto, as desigualdades históricas permaneceram praticamente intactas. A realidade agrária brasileira ainda é fonte dos graves problemas de pobreza e desigualdade do país. Por isso, a luta pela reforma agrária tem ainda enorme significado para a nação.

A reforma agrária é um instrumento clássico de distribuição da riqueza desde a Antiguidade. Ao longo do século XX, vários países adotaram políticas de distribuição de terra. Contudo, ao final da década de 1980, um conjunto de fatores veio frear essas iniciativas e diminuir a importância da reforma agrária no debate a respeito da promoção do desenvolvimento rural. Entre esses fatores, Miguel Carter elenca a urbanização crescente dos países de terceiro mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de novas tecnologias, a ascensão do neoliberalismo globalizado e dos conglomerados do *agrobusiness* global.⁸

Na contra corrente, o Brasil assistiu, no final dos anos 1970, ao ressurgimento dos movimentos e mobilizações populares em favor da reforma agrária. O retorno à democracia, após 20 anos de ditadura militar e de repressão aos movimentos da sociedade civil, especialmente às organizações camponesas, inaugurou um novo ciclo de luta pela terra. Nesse processo nasceu um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil e da América Latina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁸ Ibid., p.37

O MST surgiu à partir de mobilizações camponesas no sul do país, em um contexto de intensa modernização da agricultura. Esta modernização, também conhecida como reforma verde, contribuiu para acentuar a desigualdade no campo, expulsando e empobrecendo milhares de pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas.

Desde sua fundação em 1984, o Movimento dos Sem Terra contou com o apoio de uma importante rede progressista da Igreja Católica e a assistência de sindicatos rurais e partidos políticos da esquerda brasileira com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT). Na década de 1990, o MST tornou-se uma referência nacional na luta pela reforma agrária e um dos principais críticos das políticas neoliberais.

Reforma agrária, segurança alimentar, preservação do meio ambiente, promoção da agricultura familiar, da agroecologia, solidariedade, igualdade e justiça social são algumas das principais reivindicações e valores desse movimento emblemático de lutas sociais.

Mas a importância deste Movimento vai muito além da questão do desenvolvimento rural. Há trinta anos, ele tem sido uma referência na luta por uma sociedade mais igualitária, num dos países mais desiguais do mundo. É por esta razão que o MST é um movimento importante e atual. Ele é o primeiro movimento autenticamente popular da história do país que teve algum poder de transformação social.

Através da organização e incorporação dos setores mais marginalizados da população, o MST conseguiu importantes realizações, agindo como catalizador do desenvolvimento social : ele teve um papel decisivo na criação de mais de 2000 assentamentos agrícolas, uma rede de 1800 escolas primárias e secundárias, uma escola nacional de nível superior, vários meios de comunicação, 161 cooperativas rurais e 140 agroindústrias, contribuindo assim com o desenvolvimento

das economias locais e proporcionando uma melhor perspectiva de vida à população pobre do meio rural.⁹

Como observou ainda Miguel Carter, a capacidade de mobilização popular e o ativismo público do MST foram determinantes para a extensão e o exercício dos direitos básicos de cidadania entre os mais pobres (direitos civis, políticos e sociais).

Contudo, no final da década de 1990, com a derrocada do bloco comunista e o avanço da ideologia neoliberal, o ideal da reforma agrária, que outrora tivera aceitação entre a população brasileira, foi perdendo força. Em consequência, o MST foi progressivamente perdendo a simpatia e o apoio da sociedade. A grande mídia sem dúvida contribuiu para este processo dificultando a difusão de pontos de vista alternativos sobre o MST e criminalizando suas ações.

O que aconteceu foi um avanço da ideologia neoliberal em vastas camadas da população brasileira ai incluídos políticos, intelectuais, elementos da mídia e a classe média em geral. Em que sentido? O Brasil continua tendo uma economia que se sustenta na exportação da produção agrícola, organizada em grandes propriedades em mãos de poucos. Com o aumento dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, esta realidade passou a representar vantagens para a economia do país como um todo, tornando possível alguma distribuição de renda. Nenhuma transformação mais profunda da realidade do país aconteceu, mas vai parecendo que o Brasil fez um enorme progresso social, que aparentemente decorre da adequação à ordem neoliberal globalizada. Esta é na verdade a grande causa do esquecimento da necessidade da reforma agrária na atualidade.

⁹ *Ibid.*, p.38.

A emergência de uma museologia social no século XX

A instituição do museu, criação das elites europeias no século XVIII e XIX, foi muito criticada em determinado momento pelo seu caráter elitista, por servir aos interesses das classes mais abastadas. Foi também considerada como uma instituição ultrapassada, alheia aos problemas e anseios das sociedades nas quais se inserem.

Impulsionado pela onda libertária dos anos 1960, pelo movimento de democratização da cultura, e o desenvolvimento dos novos meios de informação e comunicação, o museu foi se transformando, tanto na sua forma como nos seus objetivos, funções e conteúdo.

Foi nas décadas de 1970-1980, em um contexto marcado pelos movimentos de descolonização na África, de lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, o Maio francês, a Primavera de Praga, que surge um movimento de renovação da museologia e dos museus chamado de Nova Museologia. Este movimento propôs um questionamento vivo dos objetivos do museu. Tratava-se, então, de redefinir o seu papel para que o museu desempenhasse uma função crítica e transformadora na sociedade.

É desse questionamento que surgem novas propostas museológicas. Museus comunitários e ecomuseus são a expressão mais significativa desse movimento que lançou as bases de uma museologia social, visando essencialmente o desenvolvimento comunitário. Essas experiências têm como princípios a participação das comunidades na organização e gestão do museu, o diálogo, o trabalho sobre a identidade cultural e sobre a memória coletiva. Os museus comunitários buscam valorizar as iniciativas e projetos de uma comunidade, fortalecem seus laços, valorizam a sua identidade cultural e a sua história, promovendo a consciência de si e dos seus valores. O ecomuseu, por sua vez, se constitui na relação dinâmica e interativa entre uma população e o seu território. O patrimônio do ecomuseu

engloba tudo aquilo que se encontra nesse território, seja uma construção, um objeto, seja uma paisagem.

Na América Latina, o Movimento da Nova Museologia teve repercussão na década 1980, no bojo do processo de redemocratização de vários países recém saídos de regimes ditatoriais. Os novos tipos de museus pareciam mais adaptados à realidade e às necessidades das comunidades latino-americanas. No Brasil, nos últimos trinta anos, foram criados importantes museus ligados a diversos grupos sociais - povos indígenas, negros, imigrantes, moradores de favela, comunidades populares urbanas e rurais – que têm buscado maior participação política e o reconhecimento de sua cultura, de suas memórias e de seus direitos de cidadania. Compreende-se que o museu pode ser um poderoso meio de afirmação de suas identidades e de legitimação social.

Sem dúvida, a existência desses museus tem contribuído para despertar a consciência da sociedade em relação aos problemas que essas comunidades enfrentam e aos seus direitos.

Não obstante a existência desses museus, a consciência das populações pareceu ignorar o que os museus procuravam transmitir, e mais do que isso, se direcionaram em sentido contrário. Por exemplo, na França, tanto o Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo quanto o Museu Nacional da Imigração procuram mostrar a riqueza da diversidade de culturas que compõem a França, proporcionando o reconhecimento das comunidades de imigrantes e ajudando a criar um ambiente de compreensão e de diálogo entre os diversos grupos e culturas. Mas o que estamos vendo na atualidade, não só na França, mas em vários países da Europa é exatamente o oposto: um ambiente de intolerância cada vez maior para com os imigrantes. O mesmo acontece no Brasil. Apesar da existência de museus enfocando as populações indígenas e negras, a situação

desses grupos não vem apresentando melhora, e em alguns casos podemos constatar nítido retrocesso.

Desses fatos não pretendemos concluir que esses museus foram inoperantes e não exerceram o papel de esclarecimento da população. Acontece que a ordem econômica parece forçar as populações a um entendimento diferente. No caso de muitos países da Europa, a perda de direitos, a diminuição dos empregos acabou provocando o aumento da discriminação e da rivalidade com os imigrantes vistos como concorrentes na disputa pelos postos de trabalho.

No Brasil aconteceu um fenômeno análogo. Os museus de etnia ligados aos grupos indígenas tiveram importante influência na consciência popular dos legítimos direitos desses povos. A própria Constituição Brasileira assegura direito de posse de seus territórios às populações indígenas. Apesar disso esses territórios vêm sendo invadidos e os direitos indígenas desrespeitados pelos interesses econômicos como a expansão incontida da fronteira agropecuária, mormente para o estabelecimento das grandes propriedades de monocultura com agrotóxicos, a devastação da mata pelas madeireiras, a inundação de grandes extensões das reservas indígenas com a construção de hidroelétricas, etc.

O mesmo acontece com os museus da cultura negra no Brasil. Sem dúvida esses museus foram importantes no combate ao preconceito racial e deram importante contribuição para o reconhecimento e valorização da cultura de matriz africana. Mas a situação socioeconômica da população negra continua bastante desfavorável em relação aos brancos. Isto porque temos uma sociedade no Brasil altamente desigual e de pequena mobilidade social, e, ao mesmo tempo, historicamente, os negros vêm ocupando os mais baixos estratos econômicos da sociedade. Esses fatos nos sugerem que a Nova Museologia, gestada nos anos 1960-

1970, enfocando os problemas e a cultura de determinadas comunidades, já não é adequada aos problemas socioeconômicos de nossos dias.

O museu do MST e a emergência de uma nova museologia

Em 2009, apresentamos a proposta de criação de um museu do Movimento dos Sem Terra às lideranças do MST no estado de Sergipe. Acompanhados por militantes e técnicos, visitamos acampamentos e assentamentos com o objetivo de conhecer este movimento, a realidade de suas comunidades, sua organização, seus problemas e suas lutas, suas conquistas e seus anseios. Motivados pelo interesse e entusiasmo que os integrantes do acampamento Josué de Castro¹⁰ manifestaram em nossa visita, decidimos desenvolver a pesquisa com esse grupo. Trata-se de um acampamento do MST, localizado ao

¹⁰ Os assentamentos e acampamentos do MST frequentemente têm nomes de líderes populares, revolucionários, e pessoas que se engajaram nas lutas sociais como a reforma agrária, prestando-lhes uma homenagem. Josué de Castro (1908, Recife - 1973, Paris) foi um influente médico, cientista social e homem político que dedicou sua vida ao combate à fome. Partindo de sua experiência no Nordeste brasileiro, publicou importantes obras sobre o assunto, entre as quais Geografia da fome (1946) e Geopolítica da fome (1951), traduzidas em vários idiomas. Foi o primeiro presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e embaixador brasileiro junto à ONU. Deu grande contribuição ao entendimento do problema da fome no Brasil e no mundo, posicionando-se contra as interpretações demográficas que entendiam a fome e a pobreza como consequência do excesso populacional. Mostrou que a fome não é um problema natural, mas antes, resultado de uma política e da organização social e econômica que exclui milhares de pessoas dos direitos humanos mais fundamentais. Defendeu a realização da reforma agrária. Foi perseguido pelo Regime Militar e teve seus direitos políticos suspensos em 1964. Faleceu no exílio em Paris.

noroeste do estado, no município de Poço Redondo. As famílias moradoras do acampamento esperam há mais de seis anos para serem assentadas pelo INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Buscamos discutir com os acampados sobre a construção de um museu do MST, o porque de um museu e o que gostariam de mostrar através dele. Com esse intuito, organizamos um documentário e uma exposição denominada «Lutas e Memórias de um Acampamento» nos quais a comunidade acampada buscou mostrar a sua vida, o seu trabalho, a sua organização, sua história e suas lutas. Falaram também sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento social e econômico local e também para a preservação do meio ambiente. Uma oficina de teatro foi organizada com os jovens e crianças do acampamento e do assentamento vizinho sobre o tema da luta pela terra e contou com a colaboração da Associação Cultural Raízes Nordestinas (ACRaNe). A exposição foi realizada na Escola Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Poço Redondo. O material produzido foi conservado no acampamento para ser montado dentro de um barraco destinado às atividades culturais da comunidade.

Essa experiência nos forneceu novos elementos para pensar a construção de um museu do Movimento dos Sem Terra que tem um caráter nacional porquanto trata-se de um movimento político nacional. Entendemos assim que a criação de um tal museu não será fruto da vontade espontânea de uma ou de várias comunidades tomadas isoladamente, mas antes uma construção coletiva resultante de uma discussão interna e de uma decisão política do movimento como um todo.

O que vem a ser um museu enfocando o Movimento dos Sem Terra? Qual é o tipo desse museu? Veremos mais adiante que o Museu do MST é um tipo novo de museu, mas ele guarda características de um ecomuseu comunitário e de

um museu de sociedade. O novo nunca surge do nada. O museu do MST, pelas características do Movimento dos Sem Terra, pode ser considerado um grande ecomuseu englobando todo o território nacional por onde se espalham as suas comunidades constituídas pelos acampamentos e assentamentos. Enquanto museu de iniciativa comunitária, os próprios membros do movimento é que vão construir coletivamente o seu museu, no qual as comunidades participantes serão ao mesmo tempo os autores, o objeto e o público do museu. Este guarda ainda as características do museu de sociedade como lugar de debate e de reflexão, como um observatório e um laboratório para a compreensão do homem em sua realidade social. Aqui, a sociedade é o objeto de estudo do museu. O grande ecomuseu tem, porém, uma particularidade: seu território não pode ser bem definido, visto que muitas comunidades do MST (os acampamentos) podem se deslocar pelo território em função da luta pela terra. Assim, o ecomuseu do MST tem uma territorialidade em fluxo.

Mas que comunidade é essa à qual se refere o museu que estamos concebendo? Como podemos defini-la? O MST reúne agrupamentos muito heterogêneos. Uma primeira distinção se faz entre os acampados que estão lutando pela posse de um pedaço de terra onde possam viver com sua família e nela trabalhar e os assentados que já obtiveram a terra e agora lutam por melhores condições de desenvolver a agricultura familiar (assistência técnica, acesso ao crédito rural, garantia de preços dos produtos, escoamento da produção, criação de cooperativas, etc). Os assentamentos se diferenciam muito em termos de localização geográfica, tamanho, composição familiar, níveis de desenvolvimento econômico, conscientização política e recursos culturais. Há diferentes situações e reivindicações. Muitos assentamentos se tornaram pequenas propriedades de culturas diversificadas, em regime de trabalho familiar e bem

integrados aos mercados consumidores. Ou ainda, as famílias se unem em cooperativas e os lotes são trabalhados utilizando processos modernos e mecanizados. Outros, não conseguiram ou não tiveram condições de viabilizar o cultivo da terra seja porque receberam uma terra ruim ou em regiões desfavoráveis à agricultura ou por falta de auxílio para a produção como assistência técnica de qualidade, financiamento, etc. É importante registrar que o apoio à agricultura familiar é muito menor se comparado ao suporte financeiro dado ao agronegócio. A situação e as expectativas dos acampados são outras e também têm diferenças entre si.

É possível, então, criar um museu de um conjunto de comunidades tão diversas, e com reivindicações tão diferentes? Que situação o museu vai estudar e mostrar? Analisando o Movimento dos Sem Terra, chegamos à conclusão de que o elemento unificador capaz de dar sentido e unidade ao museu do MST é a memória de luta do movimento.

Os filósofos da Grécia pré-socrática concebiam dois tipos de memória¹¹: a memória de ação e a memória cognitiva. A memória de ação é a memória dos grandes feitos heróicos. Sua função é induzir novas ações de determinação e coragem. Esse tipo de memória e sua função estão presentes nos textos de Homero (a *Ilíada* e a *Odisseia*). A memória cognitiva é a evocação do passado vivido e está ligada ao conhecimento. O que une todas as comunidades do MST é, pois, a memória de ação. E a memória é um conceito por excelência da museologia; os museus são casas de memórias.

Existindo uma memória comum, pode existir um museu que abranja todos esses diferentes grupos. O assentado que

¹¹ PARREIRAS HORTA, Maria de Lourdes. *O processo de comunicação em museus*. Cadernos museológicos n.2. Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 1994.

se tornou um pequeno produtor lembra que, se agora ele é um agricultor bem sucedido, deve isso à existência de um movimento político-social que lhe garantiu a posse da terra. É essa lembrança que assegura a continuidade de sua participação no movimento. E é preciso também que toda a população lembre e saiba que boa parte da produção de alimentos destinados a abastecer a população brasileira é produzida pelos assentamentos da reforma agrária. Com relação aos assentados que não têm o sentimento de fazer parte do movimento, e pouco se interessam pela luta, mas vivem à espera de benesses governamentais, parece difícil falar em memória do movimento. Mas ainda aí, o Movimento está presente e o museu tem um sentido muito especial e importante. Eles sabem que receberam a terra por conta de todo um movimento e luta política. Uma das funções do museu é justamente fazer com que esses indivíduos, através da ação do museu, possam recuperar a memória de ação, e desenvolver uma consciência crítica e política. Quanto aos acampados, a sua própria situação de luta pela terra, alimenta a todo instante sua memória e sua vinculação ao movimento.

Constatamos, então, que este museu é diferente, tem uma especificidade. Ele não é definido por um território (ecomuseu), nem por uma comunidade particular (a comunidade do acampamento Josué de Castro), nem por uma tradição cultural específica (museu das etnias indígenas, negras, etc.). O Museu do MST é definido por uma luta, por um movimento social de âmbito nacional. Ele é um museu de luta. O seu patrimônio, ou seja, aquilo que ele pretende mostrar, analisar e discutir é a luta do movimento e suas memórias. Trata-se, pois, de um patrimônio imaterial, em fluxo, acompanhando a dinâmica da luta social, e por isso, em permanente processo de elaboração e resignificação. Nessa perspectiva, o museu torna-se uma poderosa ferramenta de luta para o MST. O museu do MST ajudará o

movimento em dois sentidos: por um lado ele permitirá uma melhor compreensão junto à sociedade brasileira da importância e do significado da reforma agrária e por conseguinte, da luta do MST. Por outro lado, o museu poderá ajudar o movimento a se repensar e rever suas estratégias de luta.

Sendo um museu de um novo tipo, ele terá também uma museologia nova. Vamos explicar. A luta do MST por uma reformulação do modelo de desenvolvimento agrário do país tem um significado muito mais amplo e profundo do que se costuma pensar. Trata-se de uma luta por uma modificação de toda uma política econômica que tem privilegiado sempre o grande capital em detrimento da população brasileira e dos mais pobres. O MST não é um movimento apenas para resolver a situação de dificuldade das pessoas envolvidas nele, ele é um movimento em prol de toda a nação, porquanto o seu objetivo maior tem sido a busca de um caminho para uma sociedade mais democrática, com mais igualdade social e livre da miséria e da fome.

Esse é um fato da maior importância que tem sido esquecido pelos políticos mais progressistas. Na idéia dominante atualmente no Brasil, de que a revolução verde e o agronegócio são a solução ideal e perfeita para a produção agrícola, os tantos acampados que aguardam para receber suas terras constituem uma minoria incômoda, cuja situação é preciso resolver, em razão de promessas anteriores feitas em nome de uma reforma agrária “ultrapassada”. Mas, é justamente esse preconceito, infelizmente tão arraigado no momento junto à população brasileira, que o museu do MST vai procurar dirimir. Tomando consciência da realidade, a população vai ver a fragilidade da presente solução inteiramente baseada na monocultura de exportação, cujo preço no mercado internacional pode cair, levando de roldão toda aparente prosperidade, como, aliás, já tem acontecido mais de uma vez na história do país; vai ver o quanto esta

prosperidade é somente em benefício de alguns, não eliminando a pobreza e mesmo a miséria de expressivas camadas da população; vai compreender o quanto uma verdadeira política de reforma agrária pode contribuir para a reduzir expressivamente a desigualdade e alavancar o progresso econômico e social do país, gerando emprego e renda para milhares de brasileiros. E vai perceber finalmente que, sendo o Brasil um país que vive da agropecuária, a solução do problema agrário, ou seja, da desigualdade e da exclusão social geradas pelo desenvolvimento da agricultura capitalista, é fundamental para colocar o país no caminho de um progresso sustentável, e com melhoria das condições de vida para todos.

É esse o escopo da atividade museológica do MST: levantar o problema agrário no contexto da desigualdade, chamar a atenção de toda a sociedade sobre ele, desmistificando a falácia da reforma verde junto à população. E, através do debate democrático, contribuir para que soluções mais adequadas às necessidades da população brasileira sejam encontradas coletivamente, por uma sociedade mais consciente de seus problemas.

Vemos assim, que o museu do MST adquire uma dimensão social e política mais abrangente, na medida em que ele levanta o problema básico da nação, qual seja, a forma da inserção da economia brasileira na ordem neoliberal globalizada e a conseqüente desigualdade que esta forma vem gerando. O museu não enfoca e vem em defesa somente do conjunto de comunidades que constitui o MST. Não se trata de defender os direitos de uma comunidade, de preservar a sua identidade e a diversidade cultural como forma de resistir à homogeneização cultural que a globalização vem produzindo. O enfoque do museu do MST é outro. Trata-se de compreender os problemas trazidos pela globalização neoliberal e de desmistificar sua ideologia. O expressivo aumento da desigualdade em todo o mundo e

suas consequências para a democracia são uma das preocupações maiores da contemporaneidade. A museologia do Movimento dos Sem Terra, surge, então, no contexto do século XXI, em contraposição ao neoliberalismo e à sua ética de mercado que vem se sobrepondo à autodeterminação dos povos em todo o mundo.

Referências bibliográficas:

CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária*, São Paulo: Editora UNESP, 2010, p.61.

DELOCHE, Bernard. *La nouvelle culture: la mutation des pratiques ordinaires et l'avenir des institutions culturelles*. Paris : L'Harmattan, 2007

FREIRE, José Ribamar Bessa. *A descoberta dos museus pelos índios*. In: ABREU, Regina et CHAGAS, Mário. (org.). *Memória e Patrimônio. Ensaio contemporâneos*, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil contemporâneo*, 9 edição, Editora Brasiliense, 1969.

MAIRESSE, François et DESVALLÉES, André (sous la direction). *Vers une redéfinition du musée?* L'Harmattan, Paris, 2007.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. *Reflexões sobre a Nova Museologia*. Rev. Museu Antrop.v. 5/6 n1. p.213-250. Jan/dez, 2001/2002.

De VARINE BOHAN, Hugues, *L'initiative communautaire: recherche et expérimentation*, collections muséologies, Savigny-le-Temple : Editions W.M.N.E, 1991.